ANA EURIDICE EUFROSINA DE BARANDAS

HILDA AGNES HÜBNER FLORES (PUC-RS)

Nas primeiras décadas do séc. XIX, um pequeno grupo de mulheres intelectuais iniciou a produção literária no Rio Grande do Sul, estimuladas pela expansão da imprensa e pelos desafios gerados pela longa guerra civil dos Farrapos, em preparo. São elas:

Maria Clemência da Silveira Sampaio, de Rio Grande, que em 1823 teve seus **Versos heróicos pelo motivo da gloriosa aclamação do 1º Imperador constitucional do Brasil** editados na Corte porque na Província não havia, ainda, imprensa. Na década de 1830 temos a tradução feminista da nordestina **Nísia Floresta**, que por cinco anos residiu em Porto Alegre; o jornal **Belona irada contra os sectários de Momo**, da primeira jornalista mulher, **Maria Josefa Barreto Pereira Pinto**, editado entre 1833-4; **Poesias dedicadas às senhoras rio-grandenses**, com que a cega **Delfina Benigna da Cunha** é aceita como a iniciadora do romantismo no Brasil, e **O Ramalhete ou flores escolhidas no jardim da imaginação**[1], da autora aqui enfocada — uma coletânea de escritos desde a década anterior e dadas ao público só em 1845, término de permissão marital para editar.

Nome sonoro e estranho, **Ana Euridice Eufrosina de Barandas** é gerado pela imaginação fértil de quem foi, até prova em contrário, a primeira mulher poetisa-cronista-novelista do país. **Ana** é nome de batismo, mas **Euridice Eufro-**

sina ficam por conta de sua cultura clássica, presente em parte significativa de sua obra. Nela, expressa idéias avançadas para as primeiras décadas do século passado, que só podem ser entendidas dentro do contexto social em que viveu e corporificou experiências pessoais que vão dos extremos do amor à guerra.

Nasceu **Ana da Fonseca Barandas** — este é seu nome de batismo — a oito de setembro de 1806, em Porto Alegre[2], filha caçula de pais não muito jovens, ambos viúvos e portanto, com aprendizado que já firmara sua axiologia vivencial: submissa a mãe, e dependente da autoridade marital, como convinha à mulher daquela época; autoritário até a prepotência ele, como se esperava do mantenedor da família, dentro do sistema cristão-patriarcal, reforçado no sul pelas circunstâncias geo-expansionistas que moldaram o estereótipo do homem-fautor-de-atos-heróicos, centralizador e dominador.

A mãe, Ana Felícia do Nascimento, veio para o lar formado em 1800 com três filhos do casamento anterior, os quais Ana considera seus irmãos, em uma de suas crônicas. O pai, Joaquim da Fonseca Barandas, natural do Morgado de Carapito, Bispado do Pinhal, em Portugal, possuia cultura acima do usual na sociedade rio-grandense do século passado. Cirurgião, ignora-se se exerceu a profissão, mas sabe-se que possuia escravos e uma dezena de imóveis que arrendava. Cioso nas cobranças, pode-se dizer que "vivia de rendas", procedimento próprio da classe economicamente favorecida.

A família Barandas residiu na rua Senhor dos Passos, na Porto Alegre intra-muros, que Ana dividia com o sítio Belmonte, uma aprazível chácara de cerca de 72.600 ha, na então zona rural do Passo de Areia, onde o conjunto de habitações rodeadas de bosques, campos, fontes, jardins, horta e pomar constituiam a "morada do prazer de sua infância".

O sítio mereceu uma crônica especial, inserida em **O Ramalhete**, enquanto silencia sobre a casa no centro da cidade, talvez por lhe haver reservado amargas recordações,

escamoteada que foi pelo irmão inventariante, que dela se adonou quando do falecimento paterno, sob pretexto de zelar pela integridade do imóvel para passá-lo aos herdeiros,acabando ele próprio o contemplado, levando de quebra móveis e objetos que por certo marcaram a infância da autora, além do acervo bibliográfico, mesmo sendo talvez o menos letrado da família.

A documentação disponível referente ao estudo bio-bibliográfico da autora, permite deduzir que Joaquim da Fonseca Barandas exerceu acentuada influência sobre a família, legando ao filho homem a sucessão do autoritarismo masculino em oposição à situação de dependência praticada sobre a esposa e as quatro filhas mulheres, objeto de proteção e defesa.

Esta assertiva é confirmada pela tradição oral e consta das memórias (inéditas) da sra. Julieta Alcaraz Gomes, tataraneta do irmão da escritora, recentemente falecida em Porto Alegre. A sra. Julieta atribui ao patriarca Barandas o endosso e a prática do axioma popular português, legitimado pelo uso e tido como verdadeiro: "filhos de minhas filhas, meus netos são; filhos de meus filhos, serão ou não." Quer dizer: o patriarcado prevê (tolhedora) proteção à mulher mas deixa que o homem, macho e mantenedor, cuide de prover pelos seus.

De fato, há várias evidências da prática desse uso autoritário-protetor, como quando chamou a si a tutoria de duas netas pequenas, subtraindo-as do convívio materno e excluindo a filha adúltera da cidade, sem perguntar porque o amor legítimo acabara (se é que algum dia existiu, sabendo-se do uso de escolha paterna quanto aos maridos das filhas). Só a morte do marido legítimo permitiu o retorno das menores à companhia da mãe, que não mais tornou a residir em Porto Alegre.

Ana Euridice, por ser a mais letrada da família, foi merecedora de especial simpatia e certa predileção paterna, manifesta em momentos diferentes, como quando a designou, via juiz, mestra e educadora das menores tuteladas, sobrinhas de escritora, que passou a receber mesquinha retri-

buição pecuniária em troca de aumento de tarefas e responsabilidades, bastante delicadas aliás, porquanto uma das sobrinhas era, provavelmente, excepcional.

Sendo Ana Euridice a única escritora da família, é de se perguntar onde teria estudado? Não havia na Província, escola oficial. O ensino das primeiras letras era no geral dirigido aos meninos, pois às meninas reservava-se os afazeres domésticos.

Sabe-se que a jornalista da década de 1830, Maria Josefa Barreto Pereira Pinto, teve escola mista onde, nos idos de 1811, o posteriormente famoso A.A. Pereira Coruja, autor de gramática portuguesa, estudou latim, geografia e filosofia. A escola ficava na rua Dr. Flores, a duas ou três quadras da residência de Ana Euridice.

É presumível que a futura escritora conhecesse esta professora e sua obra — com a qual se identificou em seu posicionamento anti-farroupilha — mas não há registro que permita afirmar ou negar que tenha estudado em sua escola. Persiste a indagação: onde estudou? Talvez o pai se ocupasse pessoalmente da alfabetização da(s) filha(s). Talvez contratasse algum mestre particular. Quem sabe, estudou no Rio de Janeiro, com escolas regulares desde a chegada da corte, em 1808, sabendo-se que quando casada residiu naquela cidade? Ou teria sido a mãe de Ana a alfabetizadora, como esta o foi mais tarde de suas filhas e sobrinhas?

São perguntas meramente especulativas. O certo é que a mãe, Ana Felícia, tinha no mínimo alguma educação musical, a julgar pelos saraus familiares que Ana Euridice registra com nostalgia:

> No sítio Belmonte,escreve, ressoavam pelos ares "sons melodiosos de Rossini, Mozart, Boieldeu e Steinbelt"; sua mãe cantava "acompanhada ao cravo", ao que o pai "logo ajuntou os sons melodiosos de sua flauta").3

A esses doces acordes, confessa Ana, sua alma sensível estremecia. E nesse ambiente lírico embebeu-se da cultura clássica que mais tarde iria caracterizar parte de sua obra, especialmente aquela referente à sua vida amorosa, carre-

gando suas confissões do lirismo, extraido do simbolismo arcádico, em oposição à literatura que se refere a suas frustrações, descritas em tonalidade mais realista e carregadas de sentimentalismo próprio do romantismo que se iniciava.

Vale-se a autora da mitologia grega para expressar sentimentos fortes como os enleios do amor juvenil, que cedo aprisionou sua alma sonhadora, fazendo-a trocar, sem perceber, o autoritarismo paterno pelo do marido. Para exprimir seu amor/paixão, serve-se de personagens mitológicos, como Filinto que ama Anália, ou Jacínio, o herói do SONETO abaixo, no qual traduz, segundo o literato Múcio Teixeira, "entusiásticos amores por um jovem magistrado",[4] com quem se casou aos 16 anos de idade:

SONETO[5]

Apressa-te, momento venturoso,
Inundar vem meu peito de alegria,
Que exaurido de forças já temia
Ser chegado o seu termo doloroso.

Vem, Jacínio adorado, torna em gozo
Este cruel tormento, esta agonia;
Fazendo-me libar doce ambrosia
Nos lábios teus, num beijo venturoso.

Oh, instante feliz, chega apressado!
Já basta de penar: como és tardonho...!
Sim! corre, voa, instante desejado!

Tempo! Tempo para mim tão enfadonho!
Mas que vejo!... Oh céus!... É já chegado
Jacínio! Que prazer! É isto um sonho?!

Ana casou com o advogado José Joaquim Pena Penalta, natural da Freguesia de S. Cristovão de Paradeda de Cunhos, Termo de Vila Real, Portugal. O casamento foi realizado na matriz Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre — hoje Cúria Metropolitana —, a 23 de março de 1822.[6] Um ano mais tarde nascia a primogênita, Aurora.

Se os casamentos no século passado eram da escolha paterna, decorrência das atribuições patriarcais que estabeleciam o encaminhamento das filhas a um "bom" casamento,

independentemente da anuência destas, é lícito afirmar que no caso de nossa escritora convergiram os gostos de pai e filha. Barandas via no conterrâneo, advogado de profissão, um bom partido para a filha intelectual, e de pronto deu o consentimento de que a adolescente precisava para casar.

Quanto à escolha ter sido de Ana Euridice, também, são eloqüentes os sonetos de amor, os mais numéricos em sua obra, complementados por outros que desnudam os sentimentos da jovem apaixonada: saudades pela ausência do amado (p.86), cuidados por sua saúde e, mais tarde, ciúmes (p.85 e 82) e desilusão (p.95). Exemplifiquemos com o SONETO abaixo, que revela extremos cuidados pela enfermidade do amado, a ponto de sentir-se incapaz de sobreviver se a morte viesse a ceifá-lo:

SONETO[7]

Deus de bondade! Deus onipotente!
Minhas preces ouvi, eu vos imploro,
Do mal aliviai o Bem, que adoro,
Salvai Jacínio dum perigo eminente.

Não permiti que viva assim doente,
Aquele por quem tanto pranto choro:
Vede, Senhor, as penas que devoro!
A minha vida à sua está pendente.

Mas se outro, por acaso, for Teu mando,
Se Jacínio baixar à sepultura,
Este mundo saudoso e a mim deixando,

Se essa morte cruel, a morte dura,
Da vida o débil fio for cortando,
Que então desça eu primeiro à campa escura.

Após o batismo de Aurora, a primogênita dos Penalta, em março de 1823[8], na mesma matriz em que os pais casaram, a documentação abre um parênteses de vários anos quanto à presença da família em Porto Alegre, sendo citados em 1826, por motivo do inventário da mãe da escritora, "em lugar incerto da Corte", no Rio de Janeiro[9]. A partir de então há indícios de alternadas presenças e ausências, como por exemplo em 1829, quando Pena Penalta se faz presente no inventário da sogra, como cabeça do casal, e no ano seguinte, quando constitui o sogro seu representante legal. Em

1831 nasce em Porto Alegre a filha Euridices[10], nome que Ana passa a adotar desde então. Depois dessa data o casal residiu no Rio de Janeiro. Em maio de 1834 nasce em Porto Alegre o filho José, que aí é batizado, com mais dois primos, no natal daquele ano e falece em janeiro do ano seguinte[11]. Nessa época há evidências de discórdias entre o casal Penalta, que mais tarde irão desaguar em separação perpétua. Em novembro de 1836, Ana batiza uma sobrinha em Porto Alegre[12], após o que se exila no Rio de Janeiro, fugindo da guerra, onde permanece até novembro de 1841. Após o inventário paterno, em 1850[13], não encontramos mais indícios de sua presença no sul, sendo provável seu retorno à capital do país, mais cosmopolita.

A morte da mãe foi dolorosa experiência para Ana Euridice. Significou, além da ausência da figura materna, o despojo de suas mais caras recordações de menina, com a partilha, entre os herdeiros, de sítio Belmonte, ao qual Ana dedica a crônica "Uma lembrança saudosa", eivada de sentimentalismo:

> "Sítio aprazível", escreve, "onde por tantos anos gozei de uma verdadeira felicidade; onde no regaço da inocência saboreava todos os dias os ternos afagos de uma carinhosa mãe..."[14]

A partilha do legado materno foi apenas um primeiro estágio na frustração da escritora. Poucos anos mais tarde, por ocasião de Revolucão Farroupilha, a mais extensa guerra civil do país, os insurrectos por nove meses ocuparam a capital, afugentando as famílias que não comungavam com sua ideologia, entre eles os Barandas, por certo procurando refúgio no sítio Belmonte.

Em junho de 1836 a situação se inverteu, com a retomada da cidade pelos legalistas. Nessa ocasião o Major Manoel Marques de Souza assumiu o comando da Guarnição de Porto Alegre e Ana, mostrando estar ao par dos acontecimentos, dedica-lhe SONETO de patriótica exaltação:

> Exulta, oh cara Pátria, que em teu seio
> Tens invicto herói que te defende.
> Exulta! e vão temor de ti desprende,
> Que nele vês o teu mais forte esteio...[15]

Mas os insurrectos, expulsos da cidade, passam a um prolongado sítio de vários anos, enquanto devastam a periferia de Porto Alegre. Valemo-nos de Nísia Floresta, a intelectual nordestina que aqui viveu entre 1833-7 e testemunhou os fatos. Autora de uma dezena de obras, em 1847 escreveu para suas alunas no Rio de Janeiro o opúsculo "Fany ou o modelo das donzelas", que tem como pano de fundo a capital da Província com seu cinturão de abundância rural, tudo sacrificado à ação vândala da guerra:

> Porto Alegre, acalentada pelas "águas dormentes do vasto rio" (Guaiba) e circundada de chácaras onde "brotam roseiras e cravos de todas as qualidades sem exigirem difícil cultura" e onde "as vinhas pendentes com o peso de seus crescidos cachos esperam o outono para oferecer o nectar sob a cor pérola ou o roxo da violeta. O aveludado do pêssego, o saboroso damasco, a rubra maçã, a roxa cereja e a linda amora sucedem à estação das flores (...) Este delicioso país oferecia em seu seio até 1835 tudo quanto o homem pode desejar sobre a terra, a paz, a abundância, simpleza e a doce influência de um clima sadio."**16**

Era este o ambiente de fartura que Ana desfrutava no sítio Belmonte, onde frutificavam, segundo o inventário materno, dois vinhedos além de três centenas de pés de laranjeiras. Mas a família Barandas, sendo legalista, não escapou à sanha fratricida de irmãos em luta ideológica. E do distante refúgio no Rio de Janeiro, Ana pranteia a desolação em que 1837 abateu seu sítio natal, levando consigo o que restava de sua infância feliz:

> "Em lugar de tuas flores, se vêem cardos e espinhos! Belmonte reduzido a um campo de batalha!... Lugar pestilente, onde o irmão aguarda pelo irmão para desapiedadamente tirar-lhe a vida... A guerra civil abalou o sítio, e Belmonte apareceu e sumiu da Província do Rio Grande como um brilhante meteoro", - desabafa.

Com tanta desolação a destruir caras lembranças, Ana Euridice, dobrada à dor, tece este lamento pungente:

> "Ai de mim! meu coração também tem mudado! nele está a sede de uma imortal melancolia. Em lugar daquela paz interior, fonte inexaurível de felicidade, acham-se contínuas atribulações de espírito, e tudo quanto é prazer deixa no seu fundo um princípio de eterno aborrecimento. É a tristeza minha atmosfera favorita..."[17]

As vicissitudes da guerra criaram inopinadas situações, o equilíbrio da sociedade rompido, a economia falida, a tranqüilidade das famílias quebrada, homens partindo para a frente de combate a lutar pela paz, enquanto na propriedade a família enfrentou o caos e teve de improvisar para sobreviver...

Foram circunstâncias atípicas que desafiaram a mulher a assumir novos papéis. Ana Euridice documentou sobre estes desafios, que exigiram da mulher um inusitado confronto, consigo mesma e com os arraigados valores defendidos por patriarcas como seu pai, obstinado em não querer vislumbrar os horizontes circunstanciais gerados por diferenças ideológicas, incitando a mulher a uma tomada de posição além das fronteiras restritas do lar.

Na crônica "Diálogos"[18] ela põe a desnudo seus anseios feministas e mostra ser mulher avançada para seu tempo, inquieta ante os acontecimentos bélicos, pronta para a ação. Para entendê-la, necessário se faz conhecer as circunstâncias que influíram para seu posicionamento corajoso, indócil aos valores estruturados, lutando por um novo conceito de liberdade feminina e pelo direito de defendê-lo.

O Rio Grande do Sul, pelas circunstâncias expansionistas de sua formação histórica, somado ao fato de ser a Província mais meridional, geograficamente distante e esquecida da Corte, sentia especial atração pela Europa. Os latifúndios e a indústria saladeril desde o séc. XVIII proporcionaram as condições econômicas para viabilizar regulares contatos com o Velho Mundo, para onde se viajava em busca de tratamento médico, para estudar, para compras ou passeio, trazendo no retorno as idéias liberais emanadas da Revolução dos Direitos Humanos, na França.

O

RAMALHETE

OU

FLORES ESCOLHIDAS

NO

JARDIM DA IMAGINAÇÃO.

POR

A. Eurydice Eufrozina de Barandas

PORTO ALEGRE.

TYPOGRAFIA DE I. J. LOPES. RUA DA PRAIA N. 2

1845

1ª EDIÇÃO DE O RAMALHETE - 1845

A imprensa que desde 1828 brotou generosa na Província, divulgou essas idéias e fê-las chegar ao conhecimento dos cidadãos (inclua-se entre eles, de maneira especial, as mulheres cultas da Província) que as assimilaram mesmo não sendo partidários dos revolucionários e do separatismo que pregavam. Ana Euridice não lhes ficou alheia. Pelo contrário, bateu-se pelo direito da mulher assumir seu novo papel na sociedade em transformação.

Para tanto, sofreu também a influência do feminismo trazido pela tradução de Nísia Floresta. Chegada do Rio Grande do Norte em 1833, já no mesmo ano editou em Porto Alegre — como o fizera no ano anterior em sua cidade natal — a tradução da obra de Wollstonecraft, **Direitos das Mulheres.** A tradução é livre, como ela mesma afirma, a começar pelo título, ao qual acrescentou e **injustiça dos homens**, e nela reinterpreta para a realidade brasileira as idéias avançadas da autora inglesa, brotadas do movimento feminista nascido naquele país.

Nísia questiona temas capitais como a escravidão, apregoa forma republicana de governo, reivindica mais direitos para a mulher, prega a necessidade de instrução como forma de auto-estima e emancipação feminina, refuta as teses 'científicas' em moda, como a inferioridade da mulher no que concerne ao entendimento a partir da caixa craneana menor que a do homem, defendendo a capacidade da mulher para a administração, o preenchimento de cargos públicos e o ensino das ciências.

Nísia e Ana Euridice tinham uma série de afinidades, ao que se somaram circunstâncias que as aproximaram e, certamente, as tornaram amigas: idade aproximada, cultura acima da média, ambas casadas com advogado, sendo mãe de família e com filhos pequenos; ambas moravam, em Porto Alegre, na rua Andrade Neves, de apenas três quadras de extensão, o que aventa a possibilidade de contactarem regularmente, considerando-se que a população da capital não excedia do 10 ou 12 mil almas. Nísia abriu escola em 1834, para sustentar os filhos pequenos após o prematuro falecimento do esposo, o jovem advogado Faria Rocha, saído da

vanguardeira Faculdade de Direito de Olinda (faleceu aos 28 anos, de uma "constipação")[19]; também Ana Euridice anos mais tarde iria somar a educação das sobrinhas à das próprias filhas.

As circunstâncias acima ventiladas permitem entender a aproximação e a convergência de pontos de vista das duas intelectuais. A crônica "Diálogos", de Ana Euridice, é uma réplica dos "Direitos das Mulheres", escrita três ou quatro anos após a tradução de Nísia.

"Diálogos" é uma argumentação feminista, que se contrapõe ao machismo dominante; uma verdadeira batalha intelectual entre os personagens Mariana (a própria autora), Huberto (o pai ultra-conservador) e Alfredo, o primo conciliador, que aceita em parte as mudanças e inovações impostas pela guerra.

É este último que abre o diálogo, aconselhando à prima a devida reserva feminina, isentando-se de participar da política, por ser imprópria e ridícula para as mulheres; secundado por Huberto, lembra este que lugar de mulher é nos afazeres domésticos.

Mariana, contudo, critica severamente os homens por orientarem suas ações segundo escusos interesses políticos, procurando enganar o povo incauto:

> "Nada é mais belo seguramente que um verdadeiro patriotismo, mas é que quase sempre os maliciosos servem-se desse lindo manto para cobrirem seus malignos projetos; e como sabem que a política é a arma mais eficaz para conseguir seus fins, marcham por caminhos torcidos e ocultos para que os incautos, vendo o abismo ao longe, não recuem a tempo de salvarem-se" (...) E porque os homens transgridiram ou se furtaram a suas obrigações, resultou a "infeliz Pátria coberta de assassinos" e de horrores (p.101).

Huberto reage violento à invasão feminina em terreno político, que é exclusivo ao homem:

> "Rapariga, fala em teus bordados, rendas, costuras e não te importes com essas coisas. Não vês que menoscabam as mulheres que querem parecer doutoras?" (p.101)

Ana dimenciona a extensão do autoritarismo masculino, contra-argumentando que é

> "a presença da mulher sábia que ofende excessivamente o orgulho" (do homem). Este "encara a política com ambição, orgulho e vingança, indiferente ao verdadeiro patriotismo e ao sangue injustamente derramado".

Mariana recusa o isolamento a que Huberto condena as mulheres, porquanto elas sofrem iguais paixões e iguais efeitos da guerra civil:

> Com razão falariam os homens se os incômodos, sustos, desgostos, em uma palavra, tudo o que é desgraça, fosse nesses casos só partilha deles; e que nós mulheres (...) ficássemos intactas a todos os males a que é sujeita a humana natureza. Então poderíamos olhar indiferentemente para tudo... Fora disso, é injusto e sem razão a maneira como tratam as mulheres. Como se não tivéssemos uma vida a conservar, dores a sentir, angústias, fomes, misérias, enfim, toda a casta de males a que os homens estão sujeitos! (p.103)

Ana culpa os homens pela dependência a que habituam as mulheres, estimulando-lhes o sentimento de fraqueza e educando-as dentro do temor e da culpabilidade moral, o que as induz à submissão.

Se Alfredo concorda com a prima, Huberto insiste em fazer valer a lei do mais forte:

> Homem, nunca é bom dar razão às mulheres, digam elas lá o que disserem (p.104).

Mariana, que ora usa argumentos lógicos, ora o sentimento, contrapõe a cena dantesca de um ataque farroupilha a invadir o lar: homens malvados a saciarem seu furor de vingança, a matarem, roubarem e fazerem mil horrores (p.107).

Sabe-se que no período farroupilha houve em Porto Alegre um "partido político" de mulheres dispostas a se inse-

rir na guerra. Realizaram reuniões regulares para se organizarem e estudar a maneira de manter o contato entre as famílias intra-muros e os chefes em armas do lado de fora. Foram ridicularizadas pela imprensa, que as agraciou com o apelido de "baratas tontas", condenando sua ação[20].

De qualquer maneira, na crônica de Ana Euridice o personagem Huberto arregala os olhos e por um instante dá razão à filha, para logo voltar atrás em sua imperdoável concessão.

Mariana rebate a obstinação, dessa vez usando argumento bíblico:

> Deus, após criar o mundo, deu ao homem o gozo de tudo quanto existe, só que ainda não havia criado a mulher, excluindo-a portanto desse fatal domínio (p.108).

A crônica conclui com um longo arrazoado em que Ana Euridice justifica a igualdade de direitos para ambos os sexos, apesar da fragilidade física da mulher, da qual se prevalece o homem e sobre ela edifica o seu intruso domínio. Entretanto, escreve:

> Tendo nós os mesmos atributos, os mesmos sentidos (o tato, olfato, vista, etc), e igualmente uma alma espiritual, uma voz, por que autoridade haveis de pensar, amar, aborrecer, desejar, temer e seguir a vossa vontade como bem vos parece, e não haveis de querer que nós outras façamos uso desse admirável presente que recebemos da mão do Criador?! (...) A vossa mesma injustiça nos sugere armas para combater-vos. Insensatos! Em vão forcejais fascinar-nos; em vão pretendeis despojar-nos desse dom!... Eis os nossos pulsos, agrilhoai-nos, arrastai-nos, matai-nos: é o poder do mais forte, mas nunca levareis a palma de dominar as ações e movimentos interiores de nossa alma. Ela é independente de nosso orgulhoso império (p.109-10).

A crônica dá à escritora ganho de causa, porquanto conclui que o homem ridiculariza a mulher que experimenta o exercício da liberdade para esconder sua própria impotência.

Da obra de Ana Euridice, em especial da crônica "Diálogos" é lícito afirmar que ela não só sofreu influência nisiana, como suplantou o feminismo de sua amiga: Nísia teve o apoio de seu idealista esposo para propagar suas idéias avançadas. Quando Faria Rocha faleceu, Nísia ficou com dois filhos pequenos e recursos diminutos. Para criá-los, abriu escola, e fez o quase milagre de viver do magistério, que já então era profissão mal remunerada. Para garantir número suficiente de alunas, teve de adequar seus ensinamentos à mentalidade da época. Seu feminismo foi pleno na pregação de idéias abolicionistas e republicanas, mas como mestra, limitou-se a dois axiomas: a necessidade de educação para meninas além das prendas domésticas, e a necessidade do reconhecimento do valor da mulher pelos homens.[21]

Após cinco anos de ensino em Porto Alegre, Nísia continuou por mais 17 no Colégio Augusto, no Rio de Janeiro, onde em 1847 escreveu duas obras moralistas por suas alunas. Uma delas, "Fany ou o modelo das donzelas", como já vimos, teve como pano de fundo a sociedade porto-alegrense abalada pela guerra, em meio à qual Fany, a adolescente órfã pela guerra, se movimenta com procedimento exemplar: obediente às ordens maternas, anjo de guarda dos irmãos menores, estudiosa, trabalhadora, que por suas virtudes morais alcança o estado de felicidade doméstica, meta de sua existência.

Ana Euridice, ao contrário de Nísia, dispunha de recursos suficientes para sustentar as filhas sem ter de abrir mão dos princípios liberais que defendia. Sua vida pessoal foi um exemplo pioneiro de coragem, na busca da realização pessoal, para o que lutou com denodo, enfrentando os tabus coetâneos.

Se lermos com atenção os sonetos de O RAMALHETE, veremos que além daqueles que exaltam o amor-paixão de sua juventude e os cuidados pela enfermidade do amado, há denúncia do amor machucado pelo ciúme e pela traição, esta denúnciada à página 95, no seguinte

SONETO

Como és frágil, humana natureza!
Ês fantástica vã filosofia:
Teu nome altissonante me iludia,
Pensando nele achar minha defesa!

Tua mal entendida fortaleza,
Sugere-se da nossa fantasia:
Nada em ti é real!... Minha agonia
Co´evidência me mostra esta certeza.

Uma simples lembrança me horroriza:
Temo do acaso os seus cruéis azares:
Um nada me flagela e atemoriza!

Já vejo navegando em altos mares...
Sulcar as ondas minha alma já divisa
O meu Jacínio!... Oh céus!... para outros lares!

Não vai longe o tempo em que a mulher separada/desquitada estava estigmatizada pela sociedade, herança dos valores patriarcais do passado. A irmã de Ana Euridice, Delfina, acabado o amor conjugal, além do repúdio social, foi privada da campanhia das filhas por causa de seu adultério. Ana Euridice resolveu (?) seu próprio caso de maneira mais racional, inovando na solução da infidelidade do marido: juntamente com Penalta compareceu em juizo onde é lavrado o **divórcio** do casal, ou seja, o "Público Instrumento de Escritura e Convenção ou como em direito melhor nome tenha e valer possa", pois o divórcio só vinte anos mais tarde, em 1867, passou a figurar no Código Civil português.[22]

Este inusitado ato jurídico que, mesmo sem valor legal, deve ter atenuada a sanção social, resume-se a quatro ítens: separação de corpos; separação de bens; responsabilidade materna pela manutenção, educação e proteção das filhas; e declaração de tratar-se de ato livre e expontâneo do casal, que deseja tenha a mesmo validade como se ordenado e ratificado pelo Direito Canônico fosse.[23]

Ocorrido em oito de agosto de 1843, o **divórcio**, separação definitiva sem direito a novo casamento, conferiu a Ana Euridice poderes e responsabilidades de chefe de família, com a representação na qualidade de cabeca do casal no inventário paterno, a educação e manutenção da prole, a administração e gerência dos bens (imóveis, escravos, dinhei-

ro). atividades tipicamente masculinas, que só escorregavam às mãos femininas quando circunstâncias como guerra ou morte subtraiam o chefe mantenedor e não houvesse quem o substituísse.

Apesar de contar com razoável herança, Ana por vezes passou dificuldade para honrar compromissos, tendo que apelar para a ajuda paterna, concedida sob forma de empréstimo — procedimento pouco usual entre as famílias lusas, onde, ao contrário, medidas de amparo visam fortalecer os laços familiares, mantendo o clã **reunido, dentro dos postulados patriarcais.** No caso de Ana, o empréstimo foi cobrado até após a morte do pai, pelo irmão inventariante.

Sabendo-se que Ana foi professora das filhas e sobrinhas, é de se perguntar se não teria estendido o ensino a outras crianças, já que tinha condições intelectuais para tal. Como dirigiu o ensino? Aplicou as inovações nisianas? Trouxe alguma tecnologia moderna aprendida na cosmopolita Rio de Janeiro, nas várias etapas em que lá residiu? Teria tomado conhecimento do método Lancaster, de alfabetização em grupo, surgido na década de 1830?

O **divórcio** trouxe ainda outra regalia para a escritora. Liberta da necessidade do consentimento do marido para publicar — limitação que perdurou oficialmente até as últimas décadas do séc. XIX — poude editar sua obra **O RAMALHETE OU FLORES ESCOLHIDAS NO JARDIM DA IMAGINAÇÃO.** Título extenso como o nome que adotou, e significativo:

O Ramalhete é a reunião de poesias, glosa, versos, crônicas e contos, ou seja, as **flores escolhidas** dentre quanto produziu de literatura, seu **jardim da imaginação.** Reúne escritos de várias etapas e diversas vivências de sua vida: o amor da adolescente, ciúme, decepção, a cruel experiência da guerra e as seqüelas que dela ficaram, a derrocada do casamento e o compromisso resultante...

Na literatura, a imaginação e a criatividade são livres. Contudo,parece que o eu subjetivo se faz presente, se infiltra, se sobrepõe. Assim, ao retratar fatos e acontecimentos pessoais ou de sua época — fato oomprovado por documentação — Ana Euridice confere à sua obra um duplo va-

lor: literário e histórico, imaginário e real, nascido da criação mas expressando valores factuais das primeiras décadas oitocentistas.

Há indícios de que parte da produção tenha sido editada antes do livro, sob forma de opúsculo, talvez no Rio de Janeiro, onde possivelmente residiu de forma definitiva após o inventário paterno, em 1850. Entre outros, devem ter sido produzidas no Rio de Janeiro, além de "Diálogo" já citado, "Eugênia ou a filósofa apaixonada" e "A queda de Safo", aquela a abrir e esta a encerrar O **Ramalhete**, ambos contos de crítica social.

"Eugênia ou a filósofa apaixonada"[24] condena os casamentos arranjados próprios da sociedade patriarcal, que submetia o sentimento dos noivos aos interesses familiares. Assim procedeu Leandro, o pai de Dolival, ordenando o casamento deste com Helena, a filha de seu credor, como forma de superar a situação falimentar da família. O casamento não logrou apagar o grande amor de Dolival e Eugênia que, muito ao gosto shakesperiano, apelam para a morte como lenitivo de sua dor. A ação se passa no Rio de Janeiro, em localidades como S. Domingos de Niterói, Boa Viagem, a fonte de Ingá, a rua dos Pescadores e a igreja de S. Francisco de Paula, esta a receber os corpos inanimados dos amantes que, a exemplo de Romeu e Julieta, encontraram na eternidade a paz e a aproximação que o egoismo paterno lhes negou em vida.

O conto tem emprego farto de expressões e estilo inspirado no classicismo, sempre pródigo em garantir sucesso na exploração de temática universal como o amor.

Por décadas este conto emprestou o presumível nome da obra de Ana Euridice, porquanto havia no Rio Grande do Sul um único exemplar conhecido, na Biblioteca de Rio Grande, mutilado em suas 10 primeiras páginas, e Sacramento Blak, endossado pelo crítico literário Guilhermino Cesar, o batizaram de "Eugênia, a filósofa por amor". Tendo Pedro Maia Soares, de S. Paulo, contactado com um exemplar completo na Biblioteca Nacional, dele obtivemos cópia graças à gentileza dos amigos Constância Lima Duarte e o casal Ena e

Sílvio Palácios, possibilitando a reedição de **O RAMALHETE**,[25] com estudo bio-bibliográfico pela autora deste artigo.

"A queda de Safo",[26] que encerra **O RAMALHETE**, é também inspirado na mitologia grega, e reflete o desengano amoroso da autora. Ana Euridice ressalta as funestas conseqüências do amor obcecado pela paixão, que levou Safo, a personagem lendária da ilha de Lesbos, à perda da razão e do coração, sendo salva pela abnegação de Teresias, o fiel amigo que não vacila em arriscar a vida para salvá-la das garras de Amor. É através de Teresias que Ana Euridice dá seu recado final, de evidente fundo moralista, no que se aproxima da intenção nisiana em "Fany ou o modelo das donzelas". Seus conselhos, direcionados quem sabe às filhas que lhe coube educar, e à juventude sempre ávida de emoções fortes e carente de experiências, resumem-se em quatro ítens: não desprezar prudentes conselhos de amigos; não tratar com leviandade assuntos importantes da vida; não ser demasiado curiosa, e não dar ouvidos a linguagem sedutora.[27]

Estes dois contos, abrindo e encerrando **O RAMALHETE**, simbolizam duas etapas distintas da caminhada sentimental da autora, que inicia repleta de sonhos juvenis para desaguar no amargo desencanto da traição e do abandono do marido — situação vivencial certamente mais profunda e dolorosa no século passado porque os valores sociais constituídos pautavam o casamento como única meta existencial feminina.

Ao tempo de Ana Euridice viveram na Província mais quatro mulheres cultas, todas escritoras. Maria Clemência da Silveira Sampaio, em Rio Grande, em 1823 teve editados no Rio de Janeiro seus **Versos heróicos**, de laudação ao Imperador, de valorização da mulher rio-grandense e de denúncia de nossas riquezas mal aproveitadas. É pouco provável que Ana a conhecesse, porque naquele ano estreava na maternidade, em Porto Alegre.

Nesta cidade residiram na década de 1830, além de Ana e Nísia Floresta de quem já se falou, a jornalista Maria Josefa Pereira Pinto, de orientação legalista, e a cega

Delfina Benigna da Cunha, que em 1834 editou suas **Poesias**, pungentes e sentimentais, a abrirem o caminho do romantismo literário. É provável que Ana Euridice as tenha conhecido na pacata capital da Província, mas não logramos estabelecer relação pessoal ou influência entre suas obras. A diferença de 15 a 20 anos na faixa etária, talvez estabelecesse certa distância.

Maria Josefina faleceu em 1837, mas Delfina, Nísia e Ana talvez se encontrassem no Rio de Janeiro, para onde as conduziu os horrores da guerra. São conhecidas as atividades literárias aí exercidas pelas primeiras, mas quanto à Ana Euridice, sua vida após 1850 continua ignorada, assim como sua presumível produção literária.

O certo é que seu **O RAMALHETE**, documentando sobre fatos do cotidiano, sobre vivências pessoais, sobre os valores instituídos e as mudanças ocasionadas pela guerra, permite levantar um véu que pairava sobre certos aspectos de nosso passado histórico, que só valorizava e só acolheu em letra de forma as grandes epopéias, os feitos heróicos praticados por valentes guerreiros, produzindo um místico e devotado patriotismo que exalta as qualidades, desconhece o comum e ignora os defeitos.

A revisão da História, em decurso, acolhe depoimentos literários como o de Ana Euridice, procurando dar a justa dimensão dos fatos ocorridos, os valores dominantes e a colaboração dos oprimidos, o sofrimento, as realizações, o fluir da sociedade, o lugar da família, o papel da mulher... Ana Euridice, ao lado das intelectuais de seu tempo, todas pioneiras, concorre de maneira concreta e valiosa para esta nova visão da História, que tem na Literatura do cotidiano um poderoso auxiliar.

Notas

[1] Flores, Hilda Agnes Hübner. **Sociedade, preconceitos e conquistas**. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1989. p.68-98.

[2]Arq. Cúria Metrop. Porto Alegre, Freg. Nsa. Sra. Madre de Deus, L* nº 3, 207.

[3]Barandas, Ena Euridice Eufrosina. **O Ramalhete.** Porto Alegre, Nova Dimensão, 1990. p.91.

[4]Teixeira, Múcio. **Os Gaúchos.** Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Murillo, 1921. p.407.

[5]Barandas, Op. cit., p.89.

[6]Arq. da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, Freguesia Nsa. Sra. Madre de Deus, L nº 3 (1818-28), 119V

[7]Barandas, Op. cit., p.90.

[8]Arq. da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, Freguesia Nsa. Sra. Madre de Deus, L* nº 6 (1820-9), 119V.

[9]Arq. Público Rs. Inventário de Ana Felicia do Nascimento. Porto Alegre, 1ª Cart. Órfãos, 1826, F 889, M37, E 31e/c, p.10.

[10]Arq. Cúria Metropolitana, Freg. Nsa. Sra. Madre de Deus, L* 7A (1828-32), p.331V.

[11]Idem, L* nº 8 e 9 (1832-6), p.3V; L de óbito nº 5 (1831-6).

[12]Idem, L* nº 8 e 9 (1832-6).

[13]Arq. Público RS. Inventário de Joaquim da Fonseca Barandas. Porto Alegre, 1º Cart. de Órfãos, 1849, F1649, M 8º, E 31 e/c.

[14]Barandas, Op. cit., p.91.

[15]Barandas, Op. cit., p.83.

[16]in Osório, Fernando. **Mulheres farroupilhas.** Porto Alegre, Globo, 1935, p.62-3.

[17]Barandas, Op. cit., p.92. Também o inventário da irmã da escritora, 20 anos mais tarde, documenta sobre os crimes praticados, quando justifica a ausência de móveis,que "foram roubados durante a Revolução da Província" (in Arq. Público RS, Inventário de Carlota Joaquina da Fonseca Barandas (Therl, 2º Notário de Porto Alegre, L 62, f 167, 1853.

[18]Barandas, Op. cit., p.97-111.

[19]Arq. da Cúria Metrop. de Porto Alegre, Freg. Nsa. Sra. Madre de Deus, L de Óbito (1831-1917), p.72V).

[20]Rüdiger, Francisco et alii. "Mulher e sociedade à época farroupilha", in **O Papel da mulher na Revolução Farroupilha**. Porto Alegre, Tchê, 1985. p.176.

[21]Mariz, Zélia Maria Bezerra. **Nísia Floresta Brasileira Augusta**. Natal, Universitária, 1982. p.37.

[22]Dicionário de História de Portugal, vol. II, p.183.

[23]Barandas, Op. cit., p.30-4. Arq. Público RS. Inventário de Joaquim da Fonseca Barandas. Doc. cit., p.11-3.

[24]Barandas, Op. cit., p.53-79.

[25]Porto Alegre, coedição Nova Dimensão e EDIPUC, 1990.

[26]Barandas, Op. cit., p.115-25.

[27]Idem, idem, p.124-5.